Gabarito comentado

Delegado de Polícia · código PCPR-DL-0602-0B3F

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
E	**C**	**E**	**A**	**A**	**B**	**B**	**C**	**D**	**C**
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	**D**	**C**	**E**	**B**	**B**	**A**	**A**	**C**	**E**

Comentários por questão. A alternativa correta aparece destacada no enunciado reproduzido.

Direito Penal

Questão 01 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Tipicidade

Em um grupo de estudos sobre o crime culposo, foram formuladas as afirmativas a seguir, à luz do Código Penal e da doutrina majoritária.

I. Admitem-se, no crime culposo, tanto a coautoria quanto a participação em sentido estrito, já que o art. 29 do Código Penal não distingue entre crimes dolosos e culposos.

II. A culpa concorrente da vítima não afasta a responsabilidade penal do agente que também violou o dever objetivo de cuidado, pois não há compensação de culpas no Direito Penal, embora o comportamento da vítima possa ser considerado na fixação da pena-base.

III. Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime senão quando o pratica dolosamente; por isso, a deterioração de coisa alheia causada por mera imprudência é atípica à luz do Código Penal.

IV. Na chamada culpa imprópria, que decorre de erro evitável sobre os pressupostos fáticos de uma causa de justificação, admite-se a tentativa, porque o resultado é efetivamente querido pelo agente, embora a lei o puna a título de culpa.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) III e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Por que E está correta. Estão corretas as afirmativas II, III e IV. A II está certa porque o Direito Penal não admite compensação de culpas: a imprudência da vítima não apaga a do agente, apenas pode pesar na pena-base (art. 59, comportamento da vítima). A III reproduz a excepcionalidade do crime culposo (art. 18, parágrafo único): como o dano do art. 163 não tem forma culposa, a deterioração imprudente é atípica no Código Penal. A IV está certa porque, na culpa imprópria (art. 20, § 1º, parte final), a conduta é dolosa na origem e só a punição é feita a título de culpa, o que permite reconhecer a tentativa.

Fundamento: Código Penal, art. 18, II e parágrafo único; art. 20, § 1º, parte final (culpa imprópria); art. 29; art. 59 (comportamento da vítima); art. 163 (dano sem forma culposa). Doutrina majoritária sobre concurso de pessoas e tentativa no crime culposo.

A Inclui a afirmativa I, que está errada: a doutrina majoritária admite coautoria no crime culposo (ação conjunta de quem viola o dever de cuidado), mas rejeita a participação em sentido estrito, e ainda deixa de fora a III e a IV, que estão corretas.

B Junta a afirmativa I, errada quanto à participação, com a III, e omite a II e a IV, ambas corretas.

C Acerta a III e a IV, mas omite a II: a ausência de compensação de culpas é regra pacífica, e o comportamento da vítima só repercute na dosimetria.

D Inclui a afirmativa I, que estende ao crime culposo a participação em sentido estrito, e exclui a IV, ignorando que a culpa imprópria admite tentativa.

Pulo do gato: Crime culposo: coautoria sim, participação não, compensação de culpas nunca; e a culpa imprópria é a única culpa que admite tentativa.

Questão 02 · Gabarito C

Questão real · FGV · 2026 · PC-PI · Delegado de Polícia · Crimes contra a administração pública

Maria, agindo com dolo, deu causa à abertura de inquérito policial em detrimento de João, seu marido, imputando-lhe a prática da contravenção penal de vias de fato no contexto da Lei Maria da Penha, muito embora soubesse ser o agente inocente. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Maria

(A) não responderá por qualquer delito, ante a atipicidade material da conduta perpetrada, já que imputou ao seu marido a prática de contravenção penal, e não de crime.

(B) responderá pelo crime de comunicação falsa de contravenção penal, na modalidade qualificada, sem a incidência de causas de aumento ou de diminuição de pena.

(C) responderá pelo crime de denunciação caluniosa, na modalidade simples, com a incidência de uma causa de diminuição de pena.

(D) responderá pelo crime de denunciação caluniosa, na modalidade qualificada, com a incidência de uma causa de diminuição de pena.

(E) não responderá por qualquer delito, já que imputou ao seu marido a prática de contravenção penal, e não de crime.

Por que C está correta. Maria deu causa à instauração de inquérito policial contra pessoa determinada, imputando-lhe infração de que o sabia inocente: é denunciação caluniosa (art. 339, caput, do CP). Como a imputação foi de contravenção penal (vias de fato), incide a causa de diminuição de metade do § 2º do art. 339. O tipo não tem forma qualificada.

A A imputação de contravenção não torna a conduta atípica: o próprio art. 339, § 2º, a prevê, apenas com pena diminuída de metade.

B A comunicação falsa de crime ou de contravenção (art. 340) ocorre quando o agente provoca a ação da autoridade sem imputar o fato a pessoa determinada. Maria apontou o marido, o que leva ao art. 339; além disso, não há modalidade qualificada.

D O art. 339 não tem forma qualificada. O § 1º prevê causa de aumento (sexta parte) quando o agente se serve do anonimato ou de nome suposto, o que não ocorreu.

E Repete o erro de tratar a imputação de contravenção como conduta impune, contrariando o art. 339, § 2º.

Pulo do gato: Imputou a alguém determinado: art. 339; não apontou ninguém: art. 340; se a imputação é de contravenção, a pena da denunciação cai pela metade.

Questão 03 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Crimes contra o patrimônio

Em uma noite de sábado, Lauro e Silas abordaram Renata no estacionamento de um supermercado e, sob a ameaça de uma faca, obrigaram-na a entrar no próprio carro. Enquanto Lauro mantinha Renata no veículo, circulando pela cidade por cerca de duas horas, Silas usou o cartão bancário da vítima e a senha que ela, intimidada, revelou para realizar saques em caixas eletrônicos. Em seguida, Renata foi libertada à margem de uma rodovia.

Uma semana depois, Lauro telefonou para Renata e, ameaçando matar o filho dela, exigiu que ela transferisse R$ 5.000,00 para uma conta que indicou. Apavorada, Renata fez a transferência, mas o banco, ao identificar a operação como suspeita, bloqueou os valores antes que chegassem à conta de destino, e Lauro nada recebeu.

Considerando o Código Penal e a jurisprudência sumulada do STJ, é correto afirmar que Lauro responderá

(A) por roubo majorado pela restrição da liberdade da vítima, no primeiro episódio, e por extorsão consumada, no segundo, pois a obtenção da vantagem é dispensável.

(B) por extorsão com restrição da liberdade da vítima, no primeiro episódio, e por extorsão consumada, no segundo, pois ela se consuma com o simples emprego da ameaça.

(C) por extorsão mediante sequestro, no primeiro episódio, já que a vítima foi privada da liberdade, e por extorsão consumada, no segundo episódio narrado.

(D) por extorsão com restrição da liberdade da vítima, no primeiro episódio, e por tentativa de extorsão, no segundo, pois a vantagem indevida não foi obtida.

(E) por extorsão com restrição da liberdade da vítima, no primeiro episódio, e por extorsão consumada, no segundo, pois a obtenção da vantagem indevida é dispensável.

Por que E está correta. No primeiro episódio, a vantagem dependia de um ato da vítima (revelar a senha), e a restrição da liberdade foi condição necessária para obtê-la: é a extorsão com restrição da liberdade, o chamado sequestro-relâmpago (art. 158, § 3º). No segundo, Renata, constrangida pela grave ameaça, fez o que lhe foi exigido (a transferência). A extorsão é crime formal e se consuma com o comportamento da vítima, ainda que a vantagem não chegue ao agente (Súmula 96 do STJ). O bloqueio bancário é exaurimento frustrado, não tentativa.

Fundamento: Código Penal, art. 157, § 2º, V; art. 158, caput e § 3º; art. 159. Súmula 96 do STJ (a extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida).

A Classifica o primeiro episódio como roubo majorado (art. 157, § 2º, V). No roubo o agente subtrai por conta própria; aqui a vantagem dependia da colaboração da vítima, que revelou a senha, o que caracteriza extorsão.

B Chega à conclusão certa com fundamento errado: o simples emprego da ameaça não consuma a extorsão; é preciso que a vítima, constrangida, faça, tolere ou deixe de fazer algo. Se ela tivesse recusado, haveria tentativa.

C Leva a privação da liberdade para a extorsão mediante sequestro (art. 159), que pressupõe o sequestro como meio de exigir vantagem como condição ou preço do resgate. No sequestro-relâmpago, a restrição serve para obter a colaboração da própria vítima.

D Acerta o primeiro episódio, mas trata o segundo como tentativa por falta da vantagem, contrariando a Súmula 96 do STJ: a vítima já havia feito o que lhe foi exigido.

Pulo do gato: Extorsão se consuma quando a vítima obedece, não quando o dinheiro chega; e, se a vantagem depende da senha da vítima mantida no carro, é sequestro-relâmpago (art. 158, § 3º).

Questão 04 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Noções Fundamentais

Durante um plantão, o delegado de polícia Otávio analisou três ocorrências. Na primeira, Jéssica, primária e sem registros anteriores, foi surpreendida ao tentar sair de uma farmácia com um frasco de xampu avaliado em R$ 25,00, sem violência ou grave ameaça. Na segunda, Hélio, servidor público municipal, apropriou-se de um grampeador da repartição, avaliado em R$ 20,00, de que tinha a posse em razão do cargo. Na terceira, Anderson desferiu um tapa no rosto da companheira, no interior da residência do casal, causando-lhe lesão levíssima, uma vermelhidão que desapareceu em poucas horas.

Considerando os vetores fixados pelo STF para o princípio da insignificância e a jurisprudência sumulada do STJ, é correto afirmar que o princípio da insignificância

(A) pode ser reconhecido apenas na primeira ocorrência, como causa de exclusão da tipicidade material, sendo afastado nas demais por enunciados sumulados do STJ.

(B) pode ser reconhecido na primeira e na segunda ocorrências, dado o valor ínfimo dos bens, mas não na terceira, por envolver violência doméstica contra a mulher.

(C) pode ser reconhecido nas três ocorrências, pois em todas elas a lesão ao bem jurídico tutelado foi inexpressiva e não houve repercussão social relevante.

(D) pode ser reconhecido apenas na primeira ocorrência, como causa de exclusão da ilicitude da conduta, sendo afastado nas demais por enunciados sumulados do STJ.

(E) não afasta o crime na primeira ocorrência, autorizando só o reconhecimento do furto privilegiado, e é inaplicável nas demais por enunciados do STJ.

Por que A está correta. Na primeira ocorrência estão presentes os quatro vetores do STF (HC 84.412): agente primária, sem violência, bem de valor ínfimo. A insignificância exclui a tipicidade material. Na segunda, o fato é peculato (servidor que se apropria de bem de que tem a posse em razão do cargo), e a Súmula 599 do STJ veda a insignificância nos crimes contra a administração pública. Na terceira, a Súmula 589 do STJ a afasta nos crimes e contravenções praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas, por menor que seja a lesão.

Fundamento: STF, HC 84.412 (vetores da insignificância: mínima ofensividade da conduta, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da

lesão jurídica); Súmula 599 do STJ (crimes contra a administração pública); Súmula 589 do STJ (crimes e contravenções contra a mulher no âmbito das relações domésticas).

B Erra ao estender a insignificância ao servidor: o valor ínfimo do grampeador não supera a Súmula 599 do STJ, porque o bem tutelado no peculato inclui a moralidade administrativa.

C Aplica o princípio indistintamente, ignorando as duas súmulas do STJ que o afastam na apropriação pelo servidor e na violência doméstica contra a mulher.

D Acerta os casos, mas erra a natureza: a insignificância exclui a tipicidade material, e não a ilicitude.

E Confunde a insignificância com o furto privilegiado (art. 155, § 2º), que pressupõe crime existente e só reduz a pena; no caso de Jéssica, a lesão é tão ínfima que nem há tipicidade material.

Pulo do gato: Insignificância exclui a tipicidade material; não cabe no peculato (Súmula 599) nem na violência doméstica contra a mulher (Súmula 589).

Direito Processual Penal

Questão 05 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Das Provas

Gustavo foi indiciado por lesão corporal praticada contra Caio durante uma briga em um bar. A vítima não compareceu ao exame de corpo de delito na data marcada e só voltou a procurar a delegacia vinte dias depois, quando as lesões já haviam desaparecido por completo. No interrogatório, Gustavo confessou ter desferido socos em Caio, e duas pessoas que estavam no bar afirmaram ter visto as agressões e os ferimentos no rosto da vítima logo após a briga. Na comarca não há perito oficial disponível, e o delegado de polícia cogita nomear um único médico da rede municipal para examinar Caio.

Considerando as regras do Código de Processo Penal sobre o exame de corpo de delito, assinale a afirmativa correta.

(A) Como os vestígios desapareceram, a prova testemunhal poderá suprir a falta do exame de corpo de delito, o que não ocorreria com a confissão isolada do indiciado.

(B) Na falta de perito oficial, o exame poderá ser feito por uma única pessoa idônea, portadora de diploma de curso superior, preferencialmente na área específica.

(C) Como os vestígios desapareceram, a confissão de Gustavo poderá suprir a falta do exame de corpo de delito, desde que seja confirmada em juízo.

(D) Por se tratar de infração que deixa vestígios, a falta do exame direto impede o oferecimento da denúncia, ainda que haja testemunhas dos fatos.

(E) O assistente técnico indicado por Gustavo poderá acompanhar o exame desde o início, por decisão do delegado de polícia que preside o inquérito.

Por que A está correta. Quando a infração deixa vestígios, o exame de corpo de delito é indispensável e não pode ser suprido pela confissão (art. 158). Se o exame se tornou impossível porque os vestígios desapareceram, a prova testemunhal pode suprir-lhe a falta (art. 167). As duas testemunhas que viram os ferimentos cumprem esse papel.

Fundamento: Código de Processo Penal, art. 158, caput; art. 159, caput e §§ 1º e 4º; art. 167.

B Troca o número de peritos: na falta de perito oficial, o exame é feito por duas pessoas idôneas, com diploma de curso superior, preferencialmente na área específica (art. 159, § 1º).

C Inverte a regra do art. 158: a confissão do acusado nunca supre o exame de corpo de delito, nem quando confirmada em juízo.

D Estende a indispensabilidade do exame além do que a lei admite: o art. 167 permite suprir o exame pela prova testemunhal quando os vestígios desaparecem, o que viabiliza a denúncia.

E Troca a autoridade e o momento: o assistente técnico atua a partir de sua admissão pelo juiz e depois de concluídos os exames e elaborado o laudo pelos peritos oficiais (art. 159, § 4º).

Pulo do gato: Vestígio sumiu: testemunha supre (art. 167); confissão nunca supre (art. 158). Perito não oficial: sempre dois.

Questão 06 · Gabarito B

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Ação Penal

Acerca das espécies de ação penal de iniciativa privada, analise as afirmativas a seguir.

I. Na ação penal privada subsidiária da pública, a negligência do querelante acarreta a perempção e, com ela, a extinção da punibilidade do querelado.

II. Na ação penal privada personalíssima, a morte do ofendido extingue a punibilidade, pois não se admite a sucessão processual pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

III. O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, mas não produzirá efeito em relação ao que o recusar.

IV. Esgotado sem manifestação o prazo de seis meses para o oferecimento da queixa subsidiária, opera-se a decadência do direito de queixa e, com ela, a extinção da punibilidade do autor do fato.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) III e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Por que B está correta. Estão corretas a II e a III. Na ação privada personalíssima (o exemplo é o art. 236, parágrafo único, do CP, que só admite queixa do contraente enganado), a regra de sucessão do art. 31 do CPP não se aplica, e a morte do ofendido inviabiliza a persecução, extinguindo a punibilidade. A III reproduz o art. 51 do CPP: o perdão é extensível a todos os querelados, mas só produz efeito para quem o aceita.

Fundamento: Código de Processo Penal, arts. 29, 31, 38, 51 e 60; Código Penal, art. 107, IV e V, e art. 236, parágrafo único.

A Inclui a afirmativa I, que inverte a regra do art. 29 do CPP: na ação subsidiária, a negligência do querelante não gera perempção; o Ministério Público retoma a ação como parte principal. Também omite a III, correta.

C Inclui a IV, que estende à ação subsidiária a consequência da decadência na ação exclusivamente privada. Escoado o prazo do art. 38, o ofendido perde o direito de queixa, mas o Ministério Público pode oferecer denúncia enquanto não houver prescrição. Também omite a II.

D Inclui a I e confunde a perempção, instituto da ação exclusivamente privada (art. 60), com a retomada da ação pelo Ministério Público na subsidiária.

E Acerta a II e a III, mas inclui a IV: a chamada decadência imprópria da queixa subsidiária não extingue a punibilidade, porque a ação continua sendo pública.

Pulo do gato: Na subsidiária não há perempção nem extinção da punibilidade pela decadência: o crime é de ação pública e o MP pode agir até a prescrição.

Questão 07 · Gabarito B

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Da Prisão e da Liberdade Provisória

Por volta das 14h, Sérgio roubou o aparelho celular de uma pedestre, mediante grave ameaça, na cidade de Alfa, sede da comarca de mesmo nome. Policiais militares que passavam pelo local iniciaram imediatamente a perseguição e, sem perder o rastro do autor, que fugiu em uma motocicleta, conseguiram alcançá-lo às 17h, já na cidade de Beta, sede de outra comarca, situada a 60 km de distância. Na cidade de Beta há delegacia de polícia em funcionamento.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal sobre a prisão em flagrante e sobre a recorribilidade das decisões a ela relativas, é correto afirmar que

(A) não há situação de flagrante, pois o decurso de três horas entre o crime e a captura afasta a perseguição logo após o fato, cabendo apenas a representação pela prisão preventiva.

(B) há flagrante impróprio, devendo Sérgio ser apresentado à autoridade policial de Beta, que lavrará o auto e providenciará sua remoção, e eventual relaxamento judicial da prisão desafiará recurso em sentido estrito.

(C) há flagrante presumido, porque Sérgio foi encontrado horas depois do crime, devendo ser apresentado à autoridade de Beta, e eventual relaxamento judicial da prisão desafiará recurso em sentido estrito.

(D) há flagrante impróprio, devendo Sérgio ser apresentado à autoridade policial de Beta, que lavrará o auto e providenciará sua remoção, e eventual relaxamento judicial da prisão desafiará recurso de apelação.

(E) há flagrante impróprio, mas Sérgio deverá ser conduzido à autoridade policial de Alfa, a única com atribuição para lavrar o auto, e eventual relaxamento judicial da prisão desafiará recurso em sentido estrito.

Por que B está correta. Sérgio foi perseguido logo após o crime e sem interrupção, o que caracteriza o flagrante impróprio (art. 302, III). A lei não fixa limite de horas: importa a continuidade da perseguição (art. 290, § 1º, "a"). Se o perseguido passa a outra comarca, o executor pode prendê-lo onde o alcançar e deve apresentá-lo imediatamente à autoridade local, que lavra o auto e providencia a remoção do preso (art. 290, caput). A decisão que relaxa a prisão em flagrante é impugnável por recurso em sentido estrito (art. 581, V).

Fundamento: Código de Processo Penal, art. 290, caput e § 1º, "a"; art. 302, III e IV; art. 304; art. 581, V.

A Cria um limite temporal que a lei não prevê: a perseguição iniciada logo após o crime e mantida sem interrupção preserva o flagrante, ainda que dure horas.

C Confunde o flagrante impróprio, que pressupõe perseguição, com o flagrante presumido (art. 302, IV), em que o agente é encontrado logo depois com instrumentos ou objetos que façam presumir a autoria, sem perseguição.

D Acerta a espécie de flagrante e a autoridade, mas troca o recurso: o relaxamento da prisão em flagrante é atacado por recurso em sentido estrito, não por apelação.

E Troca a autoridade: o art. 290 manda apresentar o preso à autoridade do local onde foi alcançado, que lavra o auto; não há exclusividade da autoridade do local do crime.

Pulo do gato: Perseguição sem interrupção não tem prazo; o auto é lavrado onde o preso é alcançado (art. 290), e relaxamento de flagrante se ataca por RESE (art. 581, V).

Questão 08 · Gabarito C

Questão real · FGV · 2025 · PC-MG · Delegado de Polícia Substituto · Inquérito Policial

Acerca das disposições do Código de Processo Penal sobre o inquérito policial, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa. ( ) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa. ( ) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que essa não contrarie a moralidade ou a ordem pública. ( ) Nos crimes em que não couber ação penal de iniciativa pública, os autos do inquérito permanecerão na Delegacia de Polícia, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado. As afirmativas são, respectivamente,

(A) V – F – V.

(B) F – V – F.

(C) V – V – F.

(D) F – F – F.

(E) V – V – V

Por que C está correta. A primeira afirmativa é verdadeira: o art. 6º, X, do CPP (incluído pela Lei nº 13.257/2016) manda a autoridade policial colher informações sobre a existência de filhos, suas idades, eventual deficiência e o responsável pelos cuidados, indicado pela pessoa presa. A segunda também é verdadeira: o art. 7º autoriza a reprodução simulada dos fatos, desde que não contrarie a moralidade ou a ordem pública. A terceira é falsa: nos crimes de ação privada, os autos do inquérito são remetidos ao juízo competente, onde aguardam a iniciativa do ofendido (art. 19), e não permanecem na delegacia. Sequência: V – V – F.

A Marca como falsa a reprodução simulada, prevista expressamente no art. 7º do CPP, e como verdadeira a permanência dos autos na delegacia, que contraria o art. 19.

B Nega a diligência sobre filhos da pessoa presa, inserida no art. 6º, X, pela Lei nº 13.257/2016.

D Considera falsas duas afirmativas que reproduzem a redação dos arts. 6º, X, e 7º do CPP.

E Aceita a terceira afirmativa, mas o art. 19 determina a remessa dos autos ao juízo competente, não a permanência na delegacia.

Pulo do gato: Inquérito de crime de ação privada vai para o juízo e lá aguarda a queixa (art. 19); quem fica com cópia é o ofendido, se pedir.

Legislação Penal e Processual Penal Extravagante

Questão 09 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Lei de Organização Criminosa – Lei nº 12.850 de 2013

Em inquérito que apura a atuação de organização criminosa dedicada a fraudes bancárias, o delegado de polícia Renan expediu ofício diretamente a uma operadora de telefonia, sem prévia autorização judicial, requisitando: (1) o nome, a filiação e o endereço do titular de uma linha utilizada pelos investigados; e (2) o conteúdo das mensagens de texto armazenadas pela operadora e trocadas por meio dessa linha nos últimos três meses. O gerente responsável, sem apresentar qualquer justificativa, recusou-se a fornecer as informações dos dois itens.

Considerando a Lei nº 12.850/2013 e a disciplina constitucional e legal de proteção das comunicações, é correto afirmar que

(A) os dados do primeiro item podem ser requisitados sem autorização judicial e o conteúdo das mensagens depende de ordem judicial, mas a recusa do gerente constitui mera infração administrativa, sem repercussão penal.

(B) os dados do primeiro item dependem de autorização judicial, por se tratar de dados pessoais protegidos, ao passo que o conteúdo das mensagens já armazenadas pela operadora pode ser requisitado diretamente pelo delegado.

(C) os dois itens podem ser requisitados diretamente pelo delegado, pois a Lei nº 12.850/2013 lhe assegura acesso, independentemente de autorização judicial, a quaisquer dados mantidos por empresas telefônicas.

(D) os dados do primeiro item podem ser requisitados sem autorização judicial, e a recusa injustificada em fornecê-los configura crime previsto na própria Lei nº 12.850/2013, mas o conteúdo das mensagens depende de ordem judicial.

(E) os dados do primeiro item podem ser requisitados sem autorização judicial e o conteúdo das mensagens depende de ordem judicial, e a recusa do gerente configura o crime de desobediência previsto no Código Penal.

Por que D está correta. O art. 15 da Lei nº 12.850/2013 dá ao delegado e ao Ministério Público acesso, independentemente de autorização judicial, apenas aos dados cadastrais que informem exclusivamente a qualificação pessoal, a filiação e o endereço, mantidos, entre outros, por empresas telefônicas. A recusa ou omissão de dados cadastrais requisitados pelo delegado no curso da investigação é crime do art. 21 da mesma lei. O conteúdo de comunicações, por outro lado, está protegido pelo sigilo e só pode ser acessado por ordem judicial (CF, art. 5º, XII; Marco Civil, art. 7º, III, e art. 10, § 2º).

Fundamento: Lei nº 12.850/2013, arts. 15 e 21; Constituição Federal, art. 5º, XII; Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), art. 7º, III, e art. 10, § 2º.

A Acerta os dois regimes de acesso, mas ignora que a recusa injustificada em fornecer dados cadastrais requisitados pelo delegado é crime do art. 21 da Lei nº 12.850/2013.

B Inverte os regimes: os dados cadastrais básicos dispensam autorização judicial, e é o conteúdo das comunicações que exige ordem do juiz.

C Estende o art. 15 além do seu alcance: o acesso direto se limita à qualificação pessoal, à filiação e ao endereço, e não abrange o conteúdo das comunicações.

E Acerta os regimes, mas aponta o tipo errado: a recusa de dados requisitados na investigação de organização criminosa tem tipo especial no art. 21 da Lei nº 12.850/2013, que prevalece sobre a desobediência do Código Penal.

Pulo do gato: Lei 12.850: nome, filiação e endereço o delegado requisita direto (art. 15), e negar é crime (art. 21); conteúdo de comunicação, só com juiz.

Questão 10 · Gabarito C

Questão real · FGV · 2026 · PC-PI · Delegado de Polícia · Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340 de 2006

A Lei Maria da Penha criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.340/2006, a política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo as seguintes diretrizes, à exceção de uma . Assinale-a.

(A) A promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas.

(B) A celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher.

(C) O destaque, facultativo no currículo escolar do ensino fundamental, e obrigatório no currículo escolar do ensino médio, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

(D) A integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.

(E) A implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher.

Por que C está correta. O art. 8º da Lei nº 11.340/2006 lista as diretrizes da política pública de combate à violência doméstica. O inciso IX prevê o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, dos conteúdos relativos a direitos humanos, equidade de gênero e de raça ou etnia e violência doméstica contra a mulher. A lei não distingue ensino fundamental (facultativo) de ensino médio (obrigatório): por isso, essa é a alternativa que não corresponde a uma diretriz.

A Reproduz o art. 8º, II (estudos, pesquisas e estatísticas com perspectiva de gênero e de raça ou etnia).

B Reproduz o art. 8º, VI (convênios, protocolos e parcerias com entidades governamentais e não governamentais).

D Reproduz o art. 8º, I (integração operacional do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria com as áreas de segurança, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação).

E Reproduz o art. 8º, IV (atendimento policial especializado, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher).

Pulo do gato: No art. 8º, IX, o destaque curricular vale para todos os níveis de ensino; qualquer distinção entre facultativo e obrigatório é invenção.

Questão 11 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340 de 2006

Em um município que não é sede de comarca, Valéria compareceu à delegacia de polícia e relatou que Rodrigo, seu companheiro, com quem reside, a agrediu e a ameaçou de morte naquela noite, prometendo voltar para casa e terminar o que havia começado. O delegado de polícia Fausto constatou a existência de risco atual à vida e à integridade física de Valéria. Admita que nenhum dos crimes atribuídos a Rodrigo tem pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos e que ele é primário.

Considerando a Lei nº 11.340/2006 e o Código de Processo Penal, é correto afirmar que

(A) somente o juiz pode determinar o afastamento de Rodrigo do lar, cabendo ao delegado remeter o pedido da ofendida em 48 horas, e a preventiva é admissível para garantir a execução das medidas protetivas.

(B) o delegado pode determinar o afastamento de Rodrigo do lar e decretar sua prisão preventiva, comunicando ambas as medidas ao juiz em até 24 horas, para garantir a execução das medidas protetivas.

(C) o delegado pode determinar o imediato afastamento de Rodrigo do lar, comunicando o juiz em até 24 horas, mas a preventiva é inadmissível, porque a pena máxima dos crimes não supera quatro anos.

(D) o delegado pode determinar o imediato afastamento de Rodrigo do lar, comunicando o juiz em até 24 horas, e a preventiva é admissível para garantir a execução das medidas protetivas, mesmo com pena máxima de até quatro anos.

(E) o delegado pode determinar o imediato afastamento de Rodrigo do lar, comunicando o juiz em até 24 horas, e cabe a prisão temporária de Rodrigo para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.

Por que D está correta. Havendo risco atual ou iminente à vida ou à integridade da mulher, o agressor é afastado imediatamente do lar pelo juiz ou, quando o município não for sede de comarca, pelo delegado de polícia (art. 12-C, II). Nesse caso, o juiz é comunicado em até 24 horas e decide, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida (art. 12-C, § 1º). A preventiva, decretada pelo juiz em qualquer fase do inquérito ou da instrução (art. 20 da Lei nº 11.340/2006), é admitida para garantir a execução das medidas protetivas de urgência, independentemente da pena máxima do crime (art. 313, III, do CPP).

Fundamento: Lei nº 11.340/2006, art. 12, III; art. 12-C, II e § 1º (legitimados e prazo mantidos após a Lei nº 15.411/2026, segundo o complemento da base); art. 20. Código de Processo Penal, art. 313, I e III. Lei nº 7.960/1989, art. 1º.

A Ignora a legitimação do delegado para o afastamento quando o município não é sede de comarca (art. 12-C, II); a remessa do pedido em 48 horas (art. 12, III) não exclui essa medida imediata.

B Estende ao delegado um poder que ele não tem: a preventiva é sempre decretada pelo juiz, cabendo ao delegado apenas representar por ela.

C Aplica a regra geral do art. 313, I, do CPP onde incide a exceção do inciso III: para garantir a execução das medidas protetivas, a preventiva cabe mesmo quando a pena máxima não supera quatro anos.

E Troca a preventiva pela temporária, medida da Lei nº 7.960/1989 destinada à investigação de crimes do seu rol, e não à garantia das medidas protetivas.

Pulo do gato: Município sem comarca: delegado afasta o agressor e comunica o juiz em 24 horas; para garantir protetiva, preventiva cabe qualquer que seja a pena (art. 313, III).

Questão 12 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Lei de Tóxicos – Lei nº 11.343 de 2006

Sobre os crimes e o procedimento previstos na Lei nº 11.343/2006, considerando também a jurisprudência do STJ, analise as afirmativas a seguir.

I. Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem, configura figura típica própria, punida de forma mais branda que o tráfico previsto no caput do art. 33.

II. Para a configuração da associação para o tráfico, basta o ajuste ocasional de duas ou mais pessoas para a prática de um único crime de tráfico, dispensando-se a estabilidade e a permanência do vínculo.

III. Para a lavratura do auto de prisão em flagrante e o estabelecimento da materialidade, é suficiente o laudo de constatação da natureza e da quantidade da droga, e o perito que o subscrever não fica impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.

IV. Quem colabora, como informante, com grupo destinado ao tráfico, sem integrá-lo, responde por tipo penal autônomo previsto na própria Lei de Drogas, e não como partícipe da associação.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Por que D está correta. Estão corretas a I, a III e a IV. A I descreve o art. 33, § 3º, figura de menor gravidade que o tráfico do caput. A III reproduz o art. 50, §§ 1º e 2º: o laudo de constatação basta para o flagrante e para a materialidade provisória, e o perito que o firmou pode atuar no laudo definitivo. A IV corresponde ao art. 37, que tipifica autonomamente a colaboração como informante com grupo, organização ou associação destinados ao tráfico, exceção à regra unitária do concurso de pessoas.

Fundamento: Lei nº 11.343/2006, art. 33, caput e § 3º; art. 35; art. 37; art. 50, §§ 1º e 2º. Jurisprudência consolidada do STJ: a associação para o tráfico exige estabilidade e permanência.

A Inclui a II, que estende a associação do art. 35 a um ajuste eventual. O STJ exige vínculo estável e permanente; o concurso ocasional para um único tráfico é apenas coautoria. Também omite a III e a IV.

B Acerta a I e a IV, mas omite a III, que reproduz o art. 50, §§ 1º e 2º.

C Inclui a II, que dispensa a estabilidade exigida pelo STJ, e omite a I e a IV, que estão corretas.

E Troca a I pela II e trata a associação para o tráfico como mero concurso eventual de agentes, instituto vizinho e diverso.

Pulo do gato: Associação para o tráfico exige vínculo estável; o informante que não integra o grupo responde pelo art. 37; e o perito do laudo de constatação pode assinar o definitivo.

Direito Constitucional

Questão 13 · Gabarito C

Questão real · FGV · 2023 · PGM - Niterói · Procurador do Município · Controle de Constitucionalidade

Certa agência reguladora federal, no exercício da competência normativa para dispor sobre aspectos técnicos no âmbito de sua atividade regulatória, após os devidos trâmites, fez editar a Resolução XYZ, que vedou determinada prática no respectivo setor, por considerá-la prejudicial à saúde da população, diante de justificativas técnicas e após o devido processo para a elaboração do ato normativo. Tal vedação importou em grande pressão popular sobre o Poder Legislativo, que acabou elaborando a Lei ABC, a qual passou a autorizar a prática proibida pela Resolução XYZ. Diante desse quadro, a sociedade Certínea, que atua no respectivo setor, está com fundadas dúvidas sobre a possibilidade ou não de realizar a conduta objeto das referidas normas. Diante dessa situação hipotética, considerando a orientação do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, é correto afirmar para a sociedade Certínea que:

(A) a Resolução XYZ não pode prevalecer, diante de sua inconstitucionalidade, pois não poderia ser atribuída competência normativa à agência, sob pena de violação à separação de poderes;

(B) a Resolução XYZ inovou no ordenamento jurídico, revelando-se, portanto, inconstitucional, considerando que a sua atividade normativa deve se restringir à fiel execução da lei;

(C) deve ser reconhecida a inconstitucionalidade da Lei ABC, na medida em que sua determinação pode colocar em risco a saúde da população na forma estabelecida na Resolução XYZ;

(D) a Lei ABC promoveu a revogação da Resolução XYZ, no exercício da autotutela estatal;

(E) a Lei ABC é hierarquicamente superior à Resolução XYZ, razão pela qual deve prevalecer a autorização contida na lei.

Por que C está correta. O caso reproduz o que o STF decidiu na ADI 5.779, sobre a Lei nº 13.454/2017, que autorizou a produção e a venda de anorexígenos proibidos pela Anvisa por razões técnicas de saúde. O Tribunal declarou a lei inconstitucional: o legislador não pode afastar, sem base técnica, o controle sanitário fundado em evidência científica, sob pena de violar o direito à saúde (CF, art. 196) e o dever estatal de proteção. Assim, prevalece a vedação da resolução, e a Lei ABC é inconstitucional.

A O STF reconhece a competência normativa técnica das agências reguladoras, exercida dentro dos limites da lei que as cria; a atribuição dessa competência não viola a separação de poderes.

B A resolução técnica, editada no âmbito da competência regulatória e após o devido processo, não é inconstitucional só por inovar em aspectos técnicos do setor.

D Autotutela é o poder da Administração de rever os próprios atos; não descreve a relação entre uma lei e uma resolução de agência.

E O critério hierárquico não resolve o caso, porque a lei que contraria a proteção constitucional à saúde é inválida, e lei inválida não prevalece sobre ato regulatório válido.

Pulo do gato: Lei que libera o que a agência proibiu por razão técnica de saúde, sem base científica, é inconstitucional por proteção insuficiente à saúde.

Questão 14 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Organização Político-Administrativa do Estado

O Estado Alfa editou lei fixando o número máximo de alunos por sala de aula nas escolas da rede pública estadual de educação básica. Pouco depois, o Município Beta, situado no Estado Alfa, editou lei proibindo, nas escolas da rede municipal, a utilização de materiais didáticos e a realização de atividades pedagógicas que abordem questões de gênero e de orientação sexual.

Considerando a repartição constitucional de competências e a jurisprudência do STF, é correto afirmar que

(A) a lei estadual usurpa a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação, ao passo que a lei municipal é válida, por tratar de assunto de interesse local.

(B) ambas as leis são válidas, pois Estados e Municípios podem legislar livremente sobre o conteúdo do ensino ministrado em suas respectivas redes públicas.

(C) ambas as leis são inconstitucionais, pois a competência para legislar sobre educação é privativa da União, cabendo aos demais entes apenas executar a política educacional.

(D) a lei estadual se ampara na competência concorrente em matéria de educação, e a lei municipal é inconstitucional porque Municípios não detêm competência legislativa alguma em matéria de ensino.

(E) a lei estadual se ampara na competência concorrente em matéria de educação, ao passo que a lei municipal usurpa a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação.

Por que E está correta. Educação e ensino são matéria de competência legislativa concorrente (art. 24, IX): a União edita normas gerais e os Estados as suplementam (art. 24, § 2º). O STF validou lei estadual que fixava o número máximo de alunos por sala (ADI 4.060). Já a lei municipal que veda conteúdos sobre gênero e orientação sexual invade a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (art. 22, XXIV), como decidiu o STF na ADPF 457, além de afrontar as liberdades de ensinar e aprender.

Fundamento: Constituição Federal, art. 22, XXIV; art. 24, IX e § 2º; art. 30, I e II. STF, ADI 4.060 (validade de lei estadual sobre número máximo de alunos por sala); STF, ADPF 457 (inconstitucionalidade de lei municipal que proibia conteúdos sobre gênero e orientação sexual nas escolas).

A Inverte as conclusões: a lei estadual é suplementação válida em matéria concorrente, e a municipal não se sustenta no interesse local, porque interfere nas diretrizes e bases da educação.

B Estende a autonomia dos entes além do limite: Estados e Municípios suplementam a legislação federal, mas não podem contrariar as diretrizes e bases fixadas pela União.

C Atribui à União competência privativa sobre toda a matéria de educação. Privativa é só a competência sobre diretrizes e bases (art. 22, XXIV); educação em geral é competência concorrente (art. 24, IX).

D Acerta as conclusões com fundamento errado: Municípios podem suplementar a legislação federal e estadual no que couber (art. 30, II) e organizam seus sistemas de ensino. A lei municipal cai por invadir as diretrizes e bases, e não por falta absoluta de competência.

Pulo do gato: Educação é concorrente (art. 24, IX); diretrizes e bases é privativa da União (art. 22, XXIV). Lei local que proíbe conteúdo pedagógico mexe em diretrizes e bases.

Direito Administrativo e Gestão Pública

Questão 15 · Gabarito B

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Improbidade administrativa - Lei nº 8.429 de 1992 e Lei nº 14.230 de 2021

Em determinado município, foram apurados dois fatos. No primeiro, Luíza, secretária municipal de obras, dispensou indevidamente e de forma dolosa a licitação para a contratação de serviços de manutenção predial; a perícia demonstrou, porém, que o preço pago foi compatível com o de mercado e que os serviços foram integralmente executados, sem nenhum prejuízo ao erário. No segundo, Mauro, servidor da comissão de contratação, revelou dolosamente a um amigo empresário o valor estimado de uma contratação, que deveria permanecer em sigilo, com o fim comprovado de beneficiá-lo na disputa.

Considerando a Lei nº 8.429/1992, com as alterações da Lei nº 14.230/2021, e a jurisprudência do STF, é correto afirmar que

(A) a conduta de Luíza configura ato de improbidade que causa lesão ao erário, pois o dano decorrente da dispensa indevida de licitação é presumido, e Mauro está sujeito, entre outras sanções, a multa civil e proibição de contratar com o poder público.

(B) a conduta de Luíza não configura ato de improbidade que causa lesão ao erário, por ausência de perda patrimonial efetiva, e Mauro está sujeito, entre outras sanções, a multa civil e proibição de contratar, mas não à suspensão dos direitos políticos.

(C) a conduta de Luíza não configura ato de improbidade que causa lesão ao erário, por ausência de perda patrimonial efetiva, e Mauro está sujeito, entre outras sanções, à suspensão dos direitos políticos e à perda da função pública.

(D) a conduta de Luíza não configura ato de improbidade que causa lesão ao erário, por ausência de perda patrimonial efetiva, e as sanções da Lei de Improbidade podem ser aplicadas a Mauro pela própria Administração, em processo disciplinar.

(E) a conduta de Luíza não configura ato de improbidade que causa lesão ao erário, porque a dispensa de licitação não integra o rol desse tipo de ato, e Mauro está sujeito, entre outras sanções, a multa civil e proibição de contratar.

Por que B está correta. Após a Lei nº 14.230/2021, o ato do art. 10 exige perda patrimonial efetiva e comprovada; o próprio inciso VIII, ao tratar da dispensa indevida de licitação, fala em perda patrimonial efetiva. Sem prejuízo ao erário, não há lesão ao erário. Mauro, por sua vez, revelou fato que devia permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada (art. 11, III), com dolo e com o fim de beneficiar terceiro (art. 11, § 1º). As sanções do art. 12, III, são multa civil e proibição de contratar com o poder público, sem suspensão dos direitos políticos nem perda da função.

Fundamento: Lei nº 8.429/1992 (redação da Lei nº 14.230/2021), art. 10, caput e VIII; art. 11, caput, III e § 1º; art. 12, III; art. 17 (aplicação das sanções pelo Judiciário). STF, ADIs 7.156 e 7.236 (concluídas em 01/07/2026), que mantiveram a exigência de dolo e o rol taxativo do art. 11, conforme o complemento da base.

A Aplica o entendimento anterior à reforma, do dano presumido na dispensa indevida de licitação. A redação atual do art. 10 exige perda patrimonial efetiva e comprovada.

C Estende ao ato do art. 11 sanções reservadas aos atos dos arts. 9º e 10: suspensão dos direitos políticos e perda da função não constam do art. 12, III.

D Troca a autoridade competente: as sanções da Lei de Improbidade só são aplicadas pelo Judiciário, em ação própria; o processo disciplinar segue regime e sanções próprios.

E Acerta a conclusão sobre Luíza com fundamento errado: a dispensa indevida de licitação consta do art. 10, VIII. O que falta no caso é a perda patrimonial efetiva.

Pulo do gato: Lesão ao erário exige perda efetiva (nada de dano presumido); ato do art. 11 gera multa e proibição de contratar, sem suspensão de direitos políticos.

Questão 16 · Gabarito B

Questão real · FGV · 2024 · PC-MG · Investigador de Polícia I · Responsabilidade civil do estado

Durante o cumprimento de uma diligência externa, determinada pela autoridade policial, Carlos, policial civil do Estado de Minas Gerais, agindo de forma negligente, acabou por atropelar um transeunte. Registre-se que, realizada perícia no local dos fatos, constatou-se que o pedestre não teve qualquer culpa para o advento do resultado danoso. Considerando as disposições da Constituição Federal e os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa. ( ) O Estado de Minas Gerais poderá ser responsabilizado, subsidiariamente, em razão da conduta praticada por Carlos, caso este não tenha capacidade para arcar com eventual indenização fixada em benefício do transeunte. ( ) A responsabilidade civil de Carlos, na qualidade de agente público, é objetiva, pressupondo-se a demonstração do elemento anímico. ( ) Para que a responsabilidade civil do Estado de Minas Gerais possa ser invocada, é necessário que se demonstre, em juízo, no que consistiu a conduta negligente de Carlos. As afirmativas são, respectivamente,

(A) V – F – V.

(B) F – F – F.

(C) V – V – F.

(D) F – V – F.

(E) V – V – V.

Por que B está correta. Todas as afirmativas são falsas. Pela tese do Tema 940 do STF (dupla garantia), a vítima de dano causado por agente público aciona o Estado, que responde objetivamente (CF, art. 37, § 6º); o agente responde perante o Estado, em ação de regresso, e só se tiver agido com dolo ou culpa. Assim: o Estado

responde diretamente, e não de forma subsidiária; a responsabilidade do agente é subjetiva, e não objetiva; e a vítima não precisa provar a negligência de Carlos para responsabilizar o Estado. Sequência: F – F – F.

A Considera verdadeiras a responsabilidade subsidiária do Estado e a necessidade de provar a culpa do agente, o que contraria a responsabilidade objetiva e direta do art. 37, § 6º.

C Aceita a responsabilidade subsidiária do Estado e a responsabilidade objetiva do agente, quando a do agente é subjetiva e apurada em regresso.

D Marca como verdadeira a responsabilidade objetiva do agente, que, além de subjetiva, se apura apenas em ação regressiva movida pelo Estado.

E Aceita as três afirmativas, todas contrárias ao art. 37, § 6º, e ao Tema 940 do STF.

Pulo do gato: Vítima processa o Estado, que responde objetivamente; o agente responde só em regresso e só com dolo ou culpa (Tema 940).

Legislação Estadual e Institucional

Questão 17 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis

Acerca da Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis (Lei nº 14.735/2023), analise as afirmativas a seguir.

I. Nos concursos públicos para o cargo de delegado de polícia, a prova oral deve ser adotada como etapa do certame, e o tempo de atividade policial civil deve ser considerado para pontuação na prova de títulos.

II. O policial civil tem direito a recolhimento em unidade prisional da própria instituição durante a prisão provisória, garantia que não alcança o cumprimento de sentença penal condenatória transitada em julgado.

III. Os policiais civis, por ocasião da aposentadoria, conservam a autorização do livre porte de arma de fogo válido em todo o território nacional, na forma da legislação em vigor.

IV. Cabe ao delegado de polícia presidir o inquérito policial, mas o comando e o controle das atividades de investigação atribuídas ao oficial investigador são exercidos por este com autonomia em relação ao delegado.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) II e IV, apenas.

(C) I, II e III, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Por que A está correta. Estão corretas a I e a III. O art. 21 manda considerar o tempo de atividade policial civil na pontuação da prova de títulos do concurso para delegado, e o seu § 3º impõe a prova oral como etapa desse concurso, com critérios objetivos. O art. 30, § 3º, assegura ao policial civil aposentado a conservação do livre porte de arma de fogo válido em todo o território nacional, na forma da legislação em vigor.

Fundamento: Lei nº 14.735/2023, art. 21, caput e § 3º; art. 26, caput e parágrafo único; art. 27; art. 30, IV e § 3º. Texto conferido na fonte oficial: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14735.htm

B Junta as duas afirmativas erradas. O art. 30, IV, garante o recolhimento em unidade prisional da própria instituição tanto na prisão provisória quanto no cumprimento de sentença condenatória transitada em julgado; e os arts. 26 e 27 põem o comando e o controle das investigações nas mãos do delegado.

C Inclui a II, que restringe à prisão provisória uma garantia que o art. 30, IV, estende também ao cumprimento de sentença transitada em julgado.

D Inclui a IV, que transfere ao oficial investigador o comando e o controle das investigações. Pelo art. 26, essa prerrogativa é do delegado, e pelo art. 27 o oficial investigador atua sob determinação ou coordenação dele.

E Acerta a III, mas omite a I e inclui as afirmativas II e IV, ambas contrárias ao texto dos arts. 26, 27 e 30, IV.

Pulo do gato: Na Lei 14.735, delegado dirige e preside; o oficial investigador atua sob sua coordenação; e a cela própria da instituição vale também depois do trânsito em julgado.

Questão 18 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Estruturação das carreiras da Polícia Civil do Estado do Paraná

Eduardo foi conduzido à delegacia como suspeito de estelionato e apresentou carteira de identidade com evidente rasura no campo da data de nascimento. Diante disso, o delegado de polícia Teodoro determinou sua identificação criminal pelos processos datiloscópico e fotográfico. Teodoro avalia, ainda, a coleta de material biológico de Eduardo para obtenção de perfil genético, a fim de compará-lo com vestígios encontrados em documentos apreendidos. Meses depois, o inquérito foi definitivamente arquivado, sem oferecimento de denúncia.

Considerando a Lei nº 12.037/2009, é correto afirmar que

(A) a identificação criminal foi legítima, mas a coleta de material biológico depende de decisão judicial, e Eduardo pode requerer a retirada da identificação fotográfica, desde que apresente provas de sua identificação civil.

(B) a identificação criminal foi legítima, e a coleta de material biológico pode ser determinada pelo próprio delegado, por ser providência inerente à identificação criminal de quem apresenta documento rasurado.

(C) a identificação criminal foi legítima, mas a coleta de material biológico depende de decisão judicial, e Eduardo pode requerer a retirada de toda a sua identificação datiloscópica e fotográfica do inquérito.

(D) a identificação criminal foi ilegítima, pois quem apresenta documento de identificação civil não pode ser submetido à identificação criminal, ainda que o documento esteja rasurado.

(E) a identificação criminal foi legítima, mas a coleta de material biológico depende de decisão judicial, e a retirada da identificação fotográfica será feita de ofício, independentemente de requerimento de Eduardo.

Por que A está correta. A identificação civil afasta, em regra, a criminal (CF, art. 5º, LVIII), mas a Lei nº 12.037/2009 admite a identificação criminal quando o documento apresentar rasura ou indício de falsificação (art. 3º, I), hipótese em que o delegado pode realizá-la. A coleta de material biológico para perfil genético só é possível na hipótese do art. 3º, IV, que depende de despacho da autoridade judiciária, de ofício ou mediante representação (art. 5º, parágrafo único). Com o arquivamento definitivo, o indiciado pode requerer a retirada da identificação fotográfica, desde que apresente provas de sua identificação civil (art. 7º).

Fundamento: Constituição Federal, art. 5º, LVIII. Lei nº 12.037/2009, art. 3º, I e IV; art. 5º, parágrafo único; art. 7º. Vaga original (LC estadual nº 259/2023) trocada por item do edital sem exigência de fonte oficial (6.7), porque o portal de legislação do Paraná não pôde ser aberto nesta sessão.

B Atribui ao delegado decisão que a lei reserva ao juiz: a coleta de material biológico só cabe na hipótese do art. 3º, IV, que exige despacho judicial.

C Amplia o art. 7º, que autoriza o pedido de retirada apenas da identificação fotográfica, e não da datiloscópica.

D Transforma a regra em absoluta: a própria Constituição ressalva as hipóteses previstas em lei, e o documento rasurado é uma delas (art. 3º, I).

E Acerta a coleta, mas erra o procedimento: a retirada da identificação fotográfica depende de requerimento do indiciado, que deve comprovar sua identificação civil.

Pulo do gato: Documento rasurado: o delegado identifica criminalmente; DNA, só com juiz (art. 3º, IV); arquivado o inquérito, sai a foto, a pedido e com prova da identidade civil.

Direitos Humanos

Questão 19 · Gabarito C

Questão real · FGV · 2025 · TJ-CE · Juiz Substituto · Sistema Global de Proteção dos Direitos Humanos: Instrumentos Normativos

O Poder Executivo Federal instituiu um grupo de trabalho com o objetivo de analisar se, à luz da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, há a faculdade ou obrigação de ser implementado um mecanismo de natureza propositiva, crítica e fiscalizadora dos direitos ali previstos, bem como a posição que deve ocupar no âmbito das estruturas estatais de poder e se a sociedade civil deve integrá-lo. Assinale a opção que apresenta, corretamente, a conclusão a que o grupo de trabalho, ao fim de sua análise, amparado pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, chegou.

(A) A organização interna de cada Estado Parte não é tratada na Convenção, não havendo obrigatoriedade de se criar uma estrutura específica com a funcionalidade de zelar pela sua observância.

(B) Deve existir uma estrutura específica em cada Estado Parte, de natureza não estatal, com viés democrático e gestão da sociedade civil organizada, incumbida de fiscalizar a aplicação da Convenção.

(C) É cogente a existência de mecanismo independente, não se admitindo qualquer ingerência unilateral da estrutura estatal a que está vinculado, assegurando-se, ademais, a participação da sociedade civil organizada.

(D) Deve existir uma estrutura específica, de viés estatal, dotada de autonomia, de composição paritária, sendo a participação da sociedade civil organizada norteada pelo sistema de mérito, com a realização de processo seletivo próprio.

(E) É facultada a criação de estrutura específica, em prol da especialização de funções e do aumento da eficiência, assegurando-se a participação da sociedade civil organizada, sem a ingerência do Poder Público na chancela das escolhas realizadas.

Por que C está correta. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada com status de emenda constitucional (CF, art. 5º, § 3º; Decreto nº 6.949/2009), obriga os Estados Partes, no art. 33, § 2, a manter ou estabelecer estrutura que inclua mecanismo independente para promover, proteger e monitorar sua implementação, e, no § 3, a assegurar a participação plena da sociedade civil, em especial das pessoas com deficiência e de suas organizações. É essa a leitura que o enunciado atribui à jurisprudência do STF: mecanismo obrigatório, independente e com participação social.

A A Convenção trata expressamente da implementação e do monitoramento nacionais (art. 33), e a criação do mecanismo não é opcional.

B O mecanismo integra a estrutura estatal de monitoramento; a Convenção não o entrega à gestão exclusiva da sociedade civil, que participa sem substituir o Estado.

D Acrescenta requisitos sem base na Convenção, como a composição paritária e a seleção da sociedade civil por sistema de mérito com processo seletivo próprio.

E Trata como faculdade uma obrigação: o art. 33 impõe ao Estado Parte o dever de manter ou estabelecer o mecanismo.

Pulo do gato: Art. 33 da Convenção: mecanismo independente é obrigatório e a sociedade civil participa; nada de facultativo nem de gestão só privada.

Ciências Forenses

Questão 20 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Perícia

Em investigação de lesão corporal, o delegado de polícia recebeu três documentos. O primeiro foi elaborado pelos peritos que examinaram a vítima e ditado diretamente ao escrivão, na presença da autoridade e de testemunhas, logo após o exame. O segundo, relativo a novo exame feito uma semana depois, foi redigido pelos próprios peritos posteriormente, sem ditado ao escrivão. O terceiro foi elaborado por um professor de Medicina Legal de notório saber, contratado pela defesa, que não examinou a vítima e se limitou a analisar os dois primeiros documentos para opinar sobre a classificação das lesões.

Segundo a doutrina médico-legal, os três documentos correspondem, respectivamente, a

(A) laudo, auto e parecer médico-legal, sendo este último desprovido de parte descritiva, já que não houve exame direto.

(B) auto, laudo e atestado médico, sendo este último a afirmação simples e por escrito de um fato médico e de suas consequências.

(C) auto, laudo e parecer médico-legal, devendo este último conter, obrigatoriamente, a descrição minuciosa das lesões da vítima.

(D) auto, laudo e relatório médico-legal, gênero que abrange qualquer documento produzido por especialista a pedido das partes.

(E) auto, laudo e parecer médico-legal, sendo este último desprovido de parte descritiva, já que não houve exame direto.

Por que E está correta. O relatório médico-legal é a descrição minuciosa da perícia. Quando ditado diretamente ao escrivão, perante a autoridade e testemunhas, chama-se auto; quando redigido depois pelos próprios peritos, laudo. O parecer médico-legal é a resposta de especialista de notório saber a uma consulta sobre fatos e documentos já produzidos, sem exame direto. Por isso não tem a parte descritiva: compõe-se de preâmbulo, exposição, discussão e conclusão.

Fundamento: Doutrina de Medicina Legal sobre documentos médico-legais (notificações, atestados, relatórios, pareceres e depoimentos orais): o relatório médico-legal se chama auto quando ditado ao escrivão perante a autoridade e laudo quando redigido pelos próprios peritos; o parecer responde a consulta, por especialista de notório saber, sem exame direto e sem parte descritiva (preâmbulo, exposição, discussão e conclusão).

A Inverte auto e laudo: o documento ditado ao escrivão é o auto; o redigido depois pelos peritos é o laudo.

B Troca o parecer pelo atestado, documento vizinho que é a afirmação simples de um fato médico, em regra por quem examinou o paciente. O professor não examinou ninguém e opinou sobre documentos.

C Acerta os nomes, mas exige descrição no parecer: sem exame direto não há o que descrever, e a peça se limita a expor, discutir e concluir.

D Usa o termo errado: relatório é o gênero que reúne auto e laudo, ambos fruto de exame direto. A manifestação técnica sobre documentos alheios é parecer.

Pulo do gato: Ditado ao escrivão: auto; escrito pelo perito: laudo; opinião sobre o que outros examinaram: parecer, que não tem descrição.